

**A influência dos setores católicos na formação do Partido dos Trabalhadores:
da relação com os movimentos sociais à idéia de formar um novo partido.**

Adriano Henriques Machado*

Resumo: Juntamente com os sindicalistas e os grupos de esquerda, os setores católicos foram uma das forças sociais que formaram o Partido dos Trabalhadores (PT). O presente texto busca compreender como ocorreu a relação entre os setores católicos e os diversos movimentos sociais que tiveram o seu ápice na segunda metade dos anos 1970, tais como o movimento sindical e o movimento Custo de Vida. Desse modo, tentarei analisar como se davam as relações entre esses diversos movimentos, dando ênfase à participação dos setores católicos nos mesmos e suas correspondentes ligações. Por fim, demonstro como a idéia de se criar um “partido popular” já vinha sendo debatida por alguns setores católicos e como foi o posicionamento desses setores perante à reorganização partidária desse período e a novidade trazida com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT).

Palavra-chave: Partido dos Trabalhadores; Igreja Católica; Movimentos Sociais dos anos 1970-80.

Résumé: Les secteurs catholiques ensemble avec les syndicalistes et les groupes de gauche sont allés les forces sociaux qui ont formé le Parti des Travailleurs (PT). Le article cherche comprende le relation entre les secteurs catholiques et les divers mouvements sociaux qui ont eu son leur apex dans second moitié des années 1970, tels comme le mouvement syndical et le mouvement Coût de la vie. Donc, je cherche analyser commme se donnaient les relations entre ces divers mouvementsse, en donnant accent dans la participation des secteurs catholiques et leurs correspondantes liaisons. En dernier, nous verrons comme l'idée de créations d'un « parti populaire » a été antérieur à 1980 et comme les secteurs catholiques s'ont positionné devant la réorganisation partisane de cette période et devant la nouveauté apportée avec la création du Parti des Travailleurs.

Mots-clés: Parti des Travailleurs; Église Catholique; Mouvements sociaux des années 1970-80.

O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu no bojo da reorganização partidária articulada pelo governo ditatorial no final dos anos 1970, porém, mais importante do que isso, a criação do PT representava o surgimento de um novo ator político, o qual reunia os anseios de diversos movimentos sociais, que tiveram o seu apogeu nos anos anteriores à 1980.

É inegável que as greves ocorridas na região do ABCD paulista entre 1978 e 1980 foram o elemento propulsor para a criação desse novo partido, mas o PT não se resumia apenas ao “novo sindicalismo”, já que ele reunia em sua formação vários elementos dos movimentos sociais, os quais haviam emergido dentro das diversas forças que atuaram em oposição ao regime arbitrário. Nesse sentido, Eder Sader, no seu livro “Quando Novos

* Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista: CAPES.

Personagens Entraram em Cena”, mapeia de forma exemplar quais eram e como essas forças interagiam-se, interligavam-se e redefiniam-se a partir dos seus encontros, lutas e tensões.

Sader, partindo da análise concreta dos movimentos sociais desse período, ressalta que a reelaboração dos movimentos sociais ocorreram principalmente dentro de três instituições, as quais se encontravam em momentos de crise e buscavam novas reelaborações teórico-práticas, sendo elas: a Igreja Católica, o movimento sindical e os grupos de esquerda.

Assim, a Igreja Católica, que vinha perdendo influência em diversas camadas da população, criou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais abriram uma nova perspectiva na atuação da Igreja. Junto a elas e na esteira do Concílio do Vaticano II, mas principalmente na Conferência organizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), na cidade de Medellín, em 1968, desenvolveu-se uma nova forma de pensar o cristianismo. Esse pensamento partia da realidade concreta dos países da América Latina e posicionava-se radicalmente contra as injustiças sociais, propondo a criação de uma nova sociedade de base socialista, o que em seu conjunto ficou conhecido como Teologia da Libertação. O sindicalismo, que desde o início do governo militar possuía uma estrutura esvaziada e controlada pelo governo, também passou por diversas transformações que redefiniram o papel dos trabalhadores e do sindicato perante o governo e a sociedade. Por fim, os grupos de esquerda, que vinham de diversas derrotas durante os anos anteriores e encontravam-se dentro de uma crise no plano internacional, buscavam uma nova forma de aproximar-se dos trabalhadores, tentando assim, readaptar a tradição do pensamento marxista para aquele contexto.

Antes de entrar mais especificamente nos objetivos dessa análise, acredito ser importante destacar dentro de qual prisma teórico busco entender essas instituições, suas construções e suas formas de atuação. Assim, para tratar dessa problemática muito me auxiliou a leitura Edward P. Thompson e Raymond Williams, membros da Nova Esquerda Inglesa. A partir de suas idéias e trazendo-as para a realidade das instituições brasileiras do final da década de 1970, tais como o PT, o novo sindicalismo e a própria Igreja Católica, busquei primeiramente não entendê-las como formulações abstratas, e muito menos como blocos homogêneos e sem disputas internas. Partindo disso, penso que todas essas instituições são concretas, ou seja, formadas por pessoas, as quais se articulam em diversos grupos, tendências e forças sociais, que são permeadas por conflitos ou tensões, dentro de um processo hegemônico, o qual “é um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis.” (WILLIAMS, 1979:115).

Dentro desse pensamento, a pesquisa que realizo busca compreender as relações e tensões existentes entre os setores católicos com os outros grupos formadores do PT, além é claro, de tentar analisar o posicionamento desses setores dentro do contexto de abertura política, do surgimento dos novos partidos, dando ênfase em sua relação e participação na criação do PT. Quando muitas vezes refiro-me à Igreja Católica como “setores católicos” tento abarcar nessa categoria não só a Igreja instituição, ou seja, apenas o seu clero (padres, freiras, bispos), mas sim, toda a sua complexidade, a qual se expressa na ampla gama de movimentos que eram vinculados ou tinham alguma ligação com ela, tais como as CEBs, a Pastoral Operária (PO), as Comissões de Justiça e Paz e o Movimento do Custo de Vida.

Como consta do resumo do trabalho, a pesquisa busca analisar as relações citadas acima dentro do período que abrange os anos de 1978 até 1982. Esse recorte temporal compreende o levante e o crescimento de diversos movimentos sociais do final dos anos 1970, juntamente com o aumento da relevância das eleições partidárias, as quais tinham como uma de suas causas o enfraquecimento do governo militar e o crescimento dos movimentos sócio-políticos que contestavam o regime, suas arbitrariedades e seus aspectos econômicos. Ele perpassa as idéias e as tentativas de formar um “partido popular” ou “dos trabalhadores”, o que se concretizou com a fundação do PT em 1980 e por fim, busca analisar como os setores católicos posicionaram-se frente à novidade representada pelo PT, tanto na sua composição, no fortalecimento de sua estrutura, no seu pensamento político e também na questão eleitoral, a partir da primeira eleição em que o PT participou no ano de 1982.

A fim de direcionar de forma mais precisa o estudo, busco analisar essas relações tendo como ponto de partida a Grande São Paulo, já que a mesma, segundo vários pesquisadores e através da leitura de diversas fontes, foi o centro aglutinador dos movimentos sociais que posteriormente constituíram o PT. Dentro desse recorte, torna-se importante ressaltar a relevância de três locais: primeiramente a região do ABCD paulista, devido ao papel exercido pelo novo sindicalismo nas greves de 1978-80 e as regiões leste e sul da cidade de São Paulo, as quais tiveram uma enorme contribuição para a composição do partido, e que dentre os diversos movimentos sociais organizados, podemos citar os Clubes de Mães, o Movimento Custo de Vida, o Movimento de Saúde e as próprias Comunidades Eclesiais de Base.

Assim, o presente texto traz algumas reflexões desse primeiro momento da pesquisa, o qual está dividido em dois tópicos. De início, procuro demonstrar como a relação entre a Igreja Católica e o movimento operário, mas principalmente alguns setores da Igreja Católica, tais como a Pastoral Operária (PO) e a Juventude Operária Católica (JOC) juntamente com os

sindicalistas combativos do ABC ou da Oposição Sindical na cidade de São Paulo, era parte de um processo mais amplo, que não teve o seu início apenas nas greves de 1980. Da mesma forma, procuro compreender a importância da Igreja Católica na zona sul da cidade de São Paulo, a qual foi a impulsionadora de um dos principais movimentos sociais do final dos anos 1970, que ficou conhecido como Movimento Custo de Vida. Desse modo, tento demonstrar como as relações entre uma importante parcela da Igreja Católica, que se posicionava fortemente contra as desigualdades sociais, se colocava em “defesa dos oprimidos” e contra as arbitrariedades e atitudes hostis do regime militar, com os diversos movimentos sociais daquele período, faziam parte de um processo mais amplo, o qual trazia em seu cerne redifinições, interligações, tensões e novos significados para os diversos atores que se intercruzavam nesses movimentos.

Num segundo momento, resalto como a idéia de criar um partido que tivesse uma base popular e democrática, ou seja, o surgimento de um partido que viesse das “bases”, do “povo” ou dos próprios trabalhadores era um pensamento que perpassava tanto os movimentos sociais, quanto os próprios setores católicos, durante a segunda metade dos anos 1970.

A relação dos setores católicos com o “Mundo do Trabalho”

Se você, leitor, procurar nos grandes jornais paulistas do final dos anos 1970 alguma atuação da Igreja junto aos trabalhadores e ao movimento sindical da região do ABCD paulista, provavelmente será levado a pensar que a participação dos setores católicos nesse meio teve o seu início apenas nas importantes greves ocorridas em 1980. Porém, analisando outros materiais do período, tais como boletins da pastoral operária ou entrevistas junto aos participantes daqueles movimentos, percebe-se que a relação entre a Igreja Católica e o movimento operário-sindical era muito mais antiga, intensa e complexa, do que indicam as matérias desses grandes jornais.

A participação dos setores católicos, ou seja, dos militantes católicos nas fábricas, nos sindicatos e no apoio aos diversos movimentos contestatórios no ABCD paulista, região esta marcada pelo seu forte caráter industrial, remonta à criação da diocese de Santo André, à chegada do seu primeiro bispo e ao apoio da mesma aos movimentos relacionados com a questão dos trabalhadores industriais. A diocese de Santo André, que tem em sua área de atuação diversos municípios da região, foi criada no ano de 1954, o que ocorreu juntamente com a chegada do seu primeiro bispo diocesano, D. Jorge Marcos de Oliveira.

Desde então, um dos objetivos do trabalho pastoral da nova diocese, do novo bispo e de uma parcela dos padres foi incentivar e apoiar movimentos ligados ao operariado. Reflexo disso, foi a criação da Juventude Operária Católica (JOC) em 1948, mas com uma atuação mais consistente a partir de 1954, e da Ação Católica Operária (ACO), em 1962, composta por ex-militantes jocistas, que naquele momento encontravam-se casados.

Porém, a participação da instituição católica não se deu apenas no apoio a esses movimentos, mas ocorria de forma direta, ou seja, na participação de membros do clero e do próprio bispo em diversas manifestações, na promoção de debates, em diversas campanhas e até mesmo na intermediação dos trabalhadores grevistas frente aos patrões.¹

Entretanto, essa movimentação foi retraída entre 1969 e 1977, período este marcado pela forte repressão junto a qualquer tentativa de organização do setor operário, o que acabou de certa forma desarticulando o crescimento do movimento e conseqüentemente dos grupos ligados ou apoiados pela Igreja Católica. Apesar desse aparente refluxo, o Boletim Nacional da Comissão Pastoral Operária, editado em julho de 1980, traz um texto produzido pela Pastoral Operária do ABC (Santo André), o qual ressalta que mesmo durante esse período houve articulações entre o movimento operário e a Igreja Católica na região do ABCD, podendo-se destacar a criação da Pastoral Operária em 1973, numa tentativa de reorganizar o movimento iniciado nas duas décadas anteriores, como ressalta: “Todo esse trabalho obscuro, de orações, dias de estudo, retiros... trabalho lento, às vezes fracassado, permitiu também, uma grande aproximação de cristãos com líderes operários de outras ideologias; grandes amizades se criaram nessa época.” (COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA (Encarte), 1980:8)

Assim, como mostra o documento citado acima, a atuação da Igreja Católica e dos militantes cristãos permaneceu durante a própria ditadura militar, a qual possibilitou ao mesmo tempo o relacionamento com outras tendências do movimento operário, que também enfrentavam o mesmo processo de repressão e desarticulação.

Frente às greves surgidas no final dos anos 1970, as quais eram consideradas ilegais e fortemente reprimidas pelo governo, a Igreja Católica da região viu-se dentro desse tenso momento frente a uma questão prática, na qual seu posicionamento e sua relação construída durante todos esses anos perante os trabalhadores era colocada a prova. A partir de algumas

¹ Sobre a relação entre a diocese de Santo André, dos militantes católicos e seus grupos com o movimento operário e sindical é de muita valia o trabalho realizado por Heloisa H. T. de Souza Martins no seu livro “Igreja e Movimento Operário no ABC”, o qual analisa de forma profunda essas relações no período compreendido entre 1954 e 1975.

entrevistas feitas a alguns militantes cristãos ligados ao movimento operário da época², havia uma certa apreensão sobre como seria naquele momento, o posicionamento da Igreja e do seu novo bispo D. Cláudio Hummes, um franciscano gaúcho, ex-reitor de seminário, o qual havia assumido a diocese no ano de 1975 e que num primeiro momento apresentava ter pouco conhecimento sobre a realidade e a luta operária da região, como vemos nesse relato do operário Pedro³:

“[...] eu o conhecia logo que ele veio para cá. D. Cláudio veio lá do Rio Grande, parece que ele era reitor de um colégio lá, uma coisa assim. Ele não entendia patavina de operário. [...] Quando nós começamos a conversar com D. Cláudio, a colocar o trabalho que a gente estava desenvolvendo em termos de movimento operário, ele começou a comparar esse nosso trabalho com a realidade que se colocava aqui no ABC, que era um ABC de fábricas e trabalhadores, de operários, né, e viu que a diocese tinha que trabalhar em uma linha que representasse um pouco a realidade das coisas. D. Cláudio tem uma capacidade muito grande, uma inteligência muito grande, e começou a assumir isso de uma maneira que, inclusive, surpreendeu a gente.”
(MARTINS, 1980:12)

Torna-se importante ressaltar que o apoio e a ligação da Igreja não era homogêneo, pois na leitura das entrevistas percebemos as tensões existentes entre as paróquias e os padres que assumiam uma posição de apoio concreto ao movimento e aqueles que o entendiam como algo secundário ou até mesmo condenando o apoio da Igreja a essas lutas. O mesmo Boletim da Pastoral Operária de 1980 relata como ocorreu de forma prática o apoio de importantes setores da Igreja Católica do ABCD às greves de 1978-80. Por exemplo, na greve de 1979, dentre as ações praticadas pela Igreja, podemos citar: o apoio público à greve, por ser justa e pacífica, mesmo ela sendo oficialmente declarada ilegal; a presença de D. Cláudio na porta da fábrica da Volkswagen para protestar contra a repressão policial aos grevistas; o uso das dependências da Igreja para as reuniões dos operários, após a invasão dos sindicatos pela tropa de choque; a aceitação do bispo em negociar com os patrões em nome dos operários, após a cassação dos dirigentes sindicais; a criação de um fundo de greve pelas paróquias da diocese, para as famílias dos grevistas; entre outras.

Na cidade de São Paulo, o apoio da Igreja paulista, ou seja, da arquidiocese de São Paulo, aos diversos movimentos sócio-políticos, que posteriormente tiveram grande influência na constituição do PT, ocorreu das mais variadas formas e a diversos movimentos. Um fato relevante nesse contexto foi que esse apoio passou a ter uma evidência e relevância maiores a

² As entrevistas citadas foram feitas em junho de 1980, com dois religiosos e oito militantes operários católicos que participaram dos movimentos grevistas entre 1978-1980, pelos pesquisadores Heloísa H. T. de Souza Martins, Henrique Pereira Júnior e Carlos Alberto Ricardo, as quais foram editadas e publicadas no n.6 da revista *Religião e Sociedade*, em novembro de 1980.

³ Os editores das entrevistas não dão maiores informações sobre a identificação dos entrevistados, tais como nome completo, idade, empresa em que trabalhava, etc.

partir do momento em que D. Paulo Evaristo Arns assume a arquidiocese, no ano de 1970. Assim, nos dois casos estudados, São Paulo e ABCD, torna-se importante ressaltar que o apoio, o incentivo e uma maior ligação com esses movimentos por parte da hierarquia da Igreja foram fundamentais para o crescimento e o fortalecimento das relações entre a Igreja e esses diversos movimentos.

Em relação ao movimento operário-sindical da cidade de São Paulo, foi de grande importância a criação da Oposição Sindical Metalúrgica, após o golpe de 1964, a qual visava combater a estrutura oficial imposta aos sindicatos, onde os militantes católicos foram fundamentais para a estruturação do movimento. Além disso, como ressalta Rodrigues (1998:33), os militantes católicos, além de atuarem nesse meio, faziam a ligação do movimento operário com os de bairro, principalmente após o surgimento da Pastoral Operária no início da década de 1970. Desse modo, essa relação era uma das marcas da influência da Igreja em buscar as “bases”, ou seja, em entender o trabalhador não apenas no chão da fábrica, mas em seu cotidiano, no seu lazer, na sua moradia, etc.

Entretanto, gostaria de ressaltar um movimento daquele período, que apesar da importância e influência que teve naquele momento, não é muito lembrado e discutido pelos estudiosos da época. Trata-se do movimento Custo de Vida, o qual possuía uma profunda relação com a Igreja, já que o mesmo tinha como origem grupos organizados pela própria Igreja, o que trouxe como consequência uma relação mais complexa, íntima e também tensa com a hierarquia e com o pensamento e o posicionamento da Igreja Católica daquele momento.

O Movimento Custo de Vida surgiu a partir de diversos Clubes de Mães e das CEBs da zona sul da cidade de São Paulo, os quais tiveram importante atuação durante os anos de 1970. Esses clubes, que de início buscavam valorizar um trabalho e uma solidariedade coletiva entre as participantes, juntamente com reflexões que levavam a lutar por melhores condições de vida do próprio cotidiano dessas mulheres, tais como, reivindicações por creches, ponto de ônibus, postos de saúde; acabaram sendo a base para a solidificação de um movimento com caráter mais amplo e que articulou diversos setores dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970. A atuação do Movimento Custo de Vida deu-se a partir da formulação de pesquisas, abaixo-assinados, assembleias, manifestações e outras ações que buscavam discutir e tornar públicos diversos problemas relacionados com as dificuldades das condições de vida, o qual se articulou em praticamente toda a Grande São Paulo, além de ser criado em outras cidades brasileiras.

Assim, o Movimento do Custo de Vida possuía algumas peculiaridades na sua relação com a Igreja Católica, porque além do apoio da hierarquia e da utilização de sua estrutura para as suas reuniões, debates e assembléias, ele era um movimento que havia surgido dentro das próprias bases da Igreja. Entretanto, apesar de sua desarticulação no início dos anos 1980, torna-se importante ressaltar que ele se constituiu como um elemento propulsor, no sentido em que promoveu uma forte relação da Igreja com a Pastoral Operária, com a Oposição Sindical, com o MDB e no apoio e composição do próprio PT nos anos posteriores.

Desse modo, percebe-se que a relação entre os setores católicos e os diversos movimentos sociais, que emergiram durante os anos 1970, não foi algo específico ou localizado, mas que, ocorriam dentro uma trama de relações muito mais ampla, complexas e articuladas. Entretanto, a segunda metade dessa década trazia novos desafios e possibilitava que esses diversos setores tencionassem a criação de um ator político mais amplo, ou seja, a formação de um “partido popular”.

A idéia de criar um novo partido

O surgimento do Partido dos Trabalhadores inscreve-se dentro do contexto de abertura política e de reformulação partidária articulada pela ditadura militar, para quem, segundo os analistas do período, buscava controlar o processo de abertura frente o esgotamento do sistema bi-partidário e o crescimento ascendente do MDB nas eleições de 1974 e 1978. Entretanto, a emergência dos diversos movimentos sociais no final dos anos 1970, fez com que, nesses movimentos e em certas parcelas dos setores católicos, fermentasse a idéia de que era necessário a criação de um novo ator político, ou seja, um partido político que representasse e agregasse essas forças sociais.

Dentro da Igreja Católica, diversos setores, tanto ligados aos movimentos sociais, quanto a própria hierarquia, manifestavam-se desde o ano de 1978, ou seja, no mesmo período em que surgiam os primeiros movimentos grevistas no ABCD, a necessidade de criação de um novo partido, como vemos na fala do então frei Leonardo Boff, reproduzida pelo jornal O Globo, em setembro de 1978: “A médio prazo, os cristãos comprometidos, principalmente as comunidades eclesiais de base, devem ajudar a constituir e reforçar um partido popular, com o objetivo de criar uma democracia popular [...]” (CPV: Dossiê).

Desse modo, o frade, que possuía grande ligação com as CEBs, era um dos principais expoentes da Teologia da Libertação e que anos depois tornou-se um ativo militante do PT; defendia que para um primeiro momento era importante reforçar os grupos de oposição, mas

que, num segundo momento seria imprescindível a necessidade de se criar um partido popular, o qual traria as bases de um “socialismo democrático”.

Nessa mesma perspectiva encontra-se a fala do arcebispo de João Pessoa, na Paraíba, D. José Maria Pires, o qual defendia em dezembro de 1978 a formação de um partido “[...] ‘composto por gente do povo, dirigido por gente do povo, para apresentar como candidatos aos postos eletivos gente do partido’ [...] o que, na sua opinião ‘não ocorre atualmente e nem parece estar nas perspectivas dos nossos partidos que vão ser organizados’ (CPV: Dossiê). A fala do arcebispo paraibano, bastante ligado às pastorais sociais, demonstra que não foi apenas para o aparato civil-militar do governo que o surgimento do PT foi algo inesperado, pois para ele a construção de um “partido popular” não era vista como uma possibilidade real para aquele momento de reformulação partidária. Seguindo seu raciocínio, percebemos que uma das preocupações com esse eventual novo partido acabou tornando-se uma das bandeiras e diretrizes do próprio PT, ou seja, a importância do partido ser formado e dirigido pelas “bases”.

Dentro dos movimentos sociais com maior ligação com os setores católicos, a percepção de que era extremamente necessário a criação de um “partido popular” assemelha-se em muitos pontos com o discurso dos dois religiosos citados acima, porém incorporando novas problemáticas e peculiaridades relativas aos mesmos. Nesse sentido, podemos citar um documento de novembro de 1979, produzido por um grupo de trabalho como preparação para um encontro sobre a participação política da mulher. Não tenho muita informação de quem compunha esse grupo, já que o texto não apresenta o nome dos seus componentes; apenas aponta a sua ligação com Irma Passoni, então deputada estadual pelo MDB. Irma, que foi uma das fundadoras do PT e depois elegeu-se como deputada federal, tinha sua imagem vinculada ao trabalho com as pastorais sociais, já que era uma ex-freira que havia se tornado uma das lideranças do Movimento Custo de Vida.

O documento aponta a necessidade da criação de um partido político, que representasse verdadeiramente o povo, e aponta os limites dos movimentos sociais em suas conquistas, já que “[...] o poder de decidir [...] é conquista dos partidos políticos.” (PASSONI, 1979). O documento não visualizava o surgimento um partido político “vindo do povo” naquele momento, já que segundo ele, as condições impostas pela reorganização impossibilitavam a sua criação. Porém, defendia que um partido verdadeiramente popular teria que possuir três características: contar com a mais ampla participação do povo; ser instrumento de organização do povo brasileiro; e ter como bandeira o fim da exploração do homem pelo homem, o qual

“aponte e construa o caminho em direção ao objetivo maior dos trabalhadores [ou seja] uma sociedade socialista.” (PASSONI, 1979).

Assim, percebe-se que a criação do PT, mesmo que inesperado por muitos setores católicos, representava o surgimento de um importante ator político, já que o mesmo atendia diversas aspirações da Igreja, ou seja, ser um partido criado pelos trabalhadores e que defendia como princípio a ligação e o controle através das “bases”. Porém, ao mesmo tempo, o PT será um marco nessa relação, pois fez com que o apoio que a Igreja mantinha aos movimentos sociais no período anterior, com a reformulação partidária tornar-se-ia muito mais complexo.

Fontes

COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA. **Boletim Nacional**, Rio de Janeiro, ano II, n. 5, jun. 1980.

CPV (Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro). **Dossiê - A Igreja, os movimentos e o Estado – 1978-1979**. Pasta: Igreja-Política “Igreja e as eleições: 1972-1983”.

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Debate: A Igreja na greve dos metalúrgicos São Bernardo – 1980. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-68, nov. 1980.

PASSONI, Irma. **O povo e a reorganização partidária**: colaboração de um grupo de trabalho em preparação para o encontro sobre a participação política da mulher. Nov. 1979.

Referências Bibliográficas

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome. Igreja e Movimento Operário nas origens do Novo Sindicalismo no Brasil (1964-1978), **História, Questões & Debates**, Curitiba, v. 29, p. 25-58, 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria**, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1 A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.